

DADOS SOBRE MANGOSTÃO NO PARÁ

Milton de Albuquerque
Pesquisador do CPATU

Poucos paraenses sabem que o Pará, ou melhor dizendo, o município de Belém, é o maior produtor no Brasil de uma fruta considerada pelos ingleses como a melhor do mundo: o mangostão.

Durante o seu domínio na Índia, os ingleses conheceram o Mangostão e a ele se afeioaram extraordinariamente, considerando-o a "melhor fruta do mundo".

Tal fato despertou naturalmente o interesse da América Tropical pela fruteira, cuja ocorrência no Novo Continente não foi constatada, embora nele sejam encontradas, em estado nativo, outras fruteiras da mesma família (guttíferas), tais como o Bacuri, o Abricó e o Bacuri-pari.

Quase certamente, a introdução do Mangostão no Brasil aconteceu em Pernambuco, pois ao vir dirigir o Museu Goeldi, na década de 30, trouxe o Dr. Carlos Estevam de Oliveira, daquele Estado, algumas sementes da planta, tendo delas obtido um pé que foi plantado num terreno de sua propriedade na avenida Tito Franco, atualmente Almirante Barroso.

Ao iniciar o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) suas atividades em 1942, ano em que a 2a. Guerra Mundial atingia ao auge com a entrada do Japão no conflito, era grande o fluxo de cientistas, notadamente pesquisadores em agricultura, que Belém registrava. Muitos deles passaram a colaborar ativamente no IAN, dentro do Plano de Produção de Recursos para Guerra.

Através desses pesquisadores, soube o então diretor do IAN, Dr. Felisberto de Camargo, da chegada próxima, no Panamá, de algumas caixas de sementes de Mangostão procedentes da Índia. Interessando-se pelo caso, conseguiu Dr. Camargo fosse uma das caixas desviada para Belém.

Chegou o material ao Instituto em outubro de 1942, constando de 400 sementes embaladas em pó de carvão e papel.

As sementes foram semeadas em canteiros de serraagem e de terra estercada, tendo se obtido uma percentagem de germinação superior a 50 por cento, bem mais elevada do que se esperava face às circunstâncias.

O transporte das mudas para o local definitivo foi feito ao alcançarem as plântulas 0,25m, sendo escolhido como local a área fronteira ao atual estábulo de bubalinos.

Decorrido um ano, contava o pomar de mangostão com um total de aproximadamente 120 plantas. Com o decorrer do tempo, todavia, muitas plantas se perderam, não obstante o cuidado dispensado, de modo que, ao iniciar-se a frutificação, calculadamente aos 8 anos de instalação, contava o pomar com menos de 80 plantas com bom desenvolvimento.

Por motivos diversos, somente em 1964 foi formado um novo pomar de mangostão, ocupando cerca de um hectare da Quadra Experimental de Fruteiras do Instituto e contando com mais de 120 plantas. Infelizmente, surgiu a idéia obtusa de implantar a CEASA dentro do IPEAN, precisamente na citada Quadra das Fruteiras, idéia essa que logo se concretizou e trouxe nefastas consequências para a pesquisa fitotécnica nessa área, destruindo em poucos dias o pomar de mangostão. Seleções de cupuaçu, de

serva, de anonáceas diversas e todo o pomar de mangostão, com plantas bem desenvolvidas, foram impiedosamente eliminadas, para que, no terreno por elas antes ocupado fosse instalado um "elefante branco", uma pista de Kartismo.

Durante muito tempo o mangostão do IPEAN figurou como fruta sofisticada, servida em recepções oficiais a pessoas altamente requintadas.

Lamentavelmente a geração atual, pragmatista, na sua ogeriza às coisas tidas como tradicionais, ignora totalmente o mangostão e sua importância não apenas tradicionalista, senão que também econômica.

Há certa de dois anos vem o CPATU, através do especialista em fruteiras, Hans Müller, aplicando-se com bons resultados à pesquisa do mangostão, já havendo despertado tais resultados um interesse bem acentuado no seio da colônia japonesa que já o está considerando como boa opção futura. Um trabalho sobre o desenvolvimento das atividades com ele no CPATU, contendo orientações diversas e orientativas quanto ao seu cultivo na área do estuário amazônico, já se encontra no prelo, devendo ser dado à publicação em prazo curto.

AGRÔNOMOS ASSUMEM FUNÇÕES IMPORTANTES

É sempre uma satisfação para a AEAPA e para toda classe agrônômica a assunção de um colega a uma função importante.

É o caso do colega e membro interino da Diretoria da AEAPA José Façanha que acaba de assumir a Gerência de Borracha do Banco da Amazônia. A satisfação é tanto maior para a AEAPA, nesse caso, pois pode significar um início de reversão do processo iniciado em 1980, quando, naquele Banco, quatro Agrônomos foram atingidos pela reestruturação da Carteira de Crédito Especializado. Naquela oportunidade a Diretoria da AEAPA encaminhou ofício e manteve contato direto com a Direção do Banco, solicitando alteração daquelas medidas e valorização do Agrônomo no desempenho de funções técnicas ligadas às atividades agropecuárias do Banco.

Outro colega que assume função importante é o Agrônomo Cleomenis Barbosa de Castro que passa a exercer a coordenação Regional da SUDEPE, através de indicação do Deputado Sebastião Andrade.

Por outro lado, a AEAPA lamenta a atitude do Deputado Sebastião Andrade que interferiu na substituição de um engenheiro agrônomo por um contador na direção do PIC de Monte Alegre, que é uma função técnica do setor agrícola. Como agrônomo o referido Deputado deveria prestigiar a classe indicando agrônomos para funções técnicas do setor agropecuário.

A AEAPA faz aqui um apelo para que atitudes como essa não sejam repetidas por outros colegas pois significam desprestígio para a classe com sérios prejuízos para todos pois, como é sabido, está aumentando o número de colegas desempregados que poderiam dar importante colaboração em postos desse tipo, porém, estão impossibilitados de atuarem no setor contábil, de onde provem o novo diretor do PIC de Monte Alegre.

Por outro lado, a AEAPA deseja, aos colegas que estão assumindo, pleno êxito no desempenho de suas novas funções.

As vitórias da classe agrônômica começam a concretizarem-se.

PAINEL SOBRE POLÍTICA AGRÍCOLA

Numa promoção conjunta da dos Engenheiros Agrônomos do Pará e da Brasileira de Economia Rural, reatado de 08 e 09 de junho próximo Painel Sobre Política Agrícola.

No primeiro dia, com a presença de duzentos Agrônomos e estudantes, foram as três exposições com renomados mestres em economia rural.

A primeira exposição, a cargo do Dr. Veiga, PHD em Economia Rural e Coordenador Econômico do Ministério da Agricultura, versou sobre "Agricultura e Política Agrícola". O expositor mostrou inicialmente os problemas agrícolas deixaram de ser mais de agricultores para se transformar assunto apaixonante de todos os brasileiros. O painel visou aprofundar essas questões a exposição praticamente dita, lembrando a 2a. guerra a economia mundial sofreu mudanças que se refletiram na agricultura, com alguma defasagem, esses reflexos fizeram sentir no crescimento dos setores e serviço em taxas superiores ao setor agrícola.

Por outro lado, os preços com o mercado, no período subsequente à crise, possibilitaram grandes lucros agrícolas e consequentemente ocuparam a fronteira agrícola capaz de atender ao tipo de mercado, isto é, o Paraná e o Sul Grosso. A única fronteira que então estava disponível, o cerrado, apresentava tecnologias.

Nesse contexto, passou a ser paralisante o adubo e as máquinas agrícolas com o aumento do custo de produção do pessoal do campo, bem como, a perda do sistema de crédito rural e a aceleração do processo de capitalização da agricultura.

Observou-se, no entanto, que o custo de produção agrícola continuou a ser mais da expansão da fronteira agrícola, aumento da produtividade, que em alguns casos até decresceu.

Hoje estamos envolvidos em problemas de curto prazo, inflação, pagamentos e desequilíbrio energético, e são as grandes prioridades da economia.

Assim sendo, também a definição de prioridades na agricultura não pode ser absoluta, em função daqueles problemas que se solucionam a curto prazo. Como há entre esses três pontos, seus reflexos afetam o setor agrícola.

Como exemplo desses conflitos o citou a política de combate à inflação que mantém baixos os preços dos produtos agrícolas. Às vezes isso é obtido com a diminuição de produção, mas quando isso não é possível, os produtores recebem preços ou então a produção de produtos agrícolas, ou ainda a produção de alguns produtos necessários ao consumo interno, que por sua vez implica na perda de captação de divisas via exportação.

O segundo expositor Dr. Fritz Barros Barbosa, MS em Economia Rural sobre "Política Agrícola e Inflação", particularmente nos aspectos ligados à

Lembrando que a emissão excessiva de dinheiro provoca a inflação, e continua sendo sua causa. Salientou, também, que o Brasil exemplo de existência de duas autoridades, o Banco Central e o Banco do Brasil com que o último aplique independentemente ou não recursos, pois o Banco Central diferencia provocando emissões. Como o Brasil aplica 85 por cento de seu ativo na agricultura e apenas 15 por cento nos outros setores agrícolas são subsidiados, cabe a cada um uma parcela de responsabilidade pela inflação.

A partir dessa constatação é defendido muitos a revogação dos subsídios do crédito que é contestada com a argumentação de que a alta nos juros é que provocará a inflação lembrando que o subsídio provoca o aumento da demanda por terra e por insumos motivando o aumento do preço desses fatores e transferência dos benefícios desses subsídios para os detentores desses fatores e não para os produtores.

Por outro lado, como os recursos são escassos, ou se estabelece um limite no crédito colocado à disposição dos produtores, recorrendo ao crédito. Como essa última medida é difícil pelo peso do componente financeiro continua prevalecendo a primeira, por ser a única que não prejudica o produtor.

A última exposição do dia contou com a presença de Fernando Homem de Melo, PHD em Economia Rural e Coordenador dos Cursos de Pós-graduação em Economia Rural.